

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NA INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS SOLIDARIOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA.

Joseilda Maria da Silva¹

Irenilda de Souza Lima²

Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE
coordenacao@posmex.ufrpe.br

Resumo

Relato de experiência de extensão rural vivenciada como estagiária do projeto de extensão “Agricultura Familiar e Resíduos sólidos: pela Solidariedade e Cidadania”, na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE- INCUBACOOOP. O trabalho desenvolvido pela INCUBACOOOP - UFRPE se fundamenta em uma educação não formal com metodologias participativas e trocas de saberes. O objetivo desse trabalho é discorrer de forma breve sobre a educação não formal, com ênfase na incubação de empreendimentos solidários, desenvolvendo ações com o grupo de recicladores de Resíduos sólidos denominados PROILHA da ilha de Itamaracá-PE.

Palavras chaves: Educação não Formal, Empreendimentos Solidários, Incubação.

INTRODUÇÃO

Educação não Formal

A Educação não formal (Gohn, 2010) “foi um campo de menor importância no Brasil, até os anos de 1980, tanto nas políticas públicas, quanto entre os educadores”. A educação não formal pode ser definida como um espaço de formação para a construção de aprendizagens de saberes necessários para a vida em sociedade. O indivíduo ao longo de toda a sua trajetória de vida adquire conhecimentos por suas próprias vivências, por suas relações sociais estabelecidas com outros indivíduos, no âmbito familiar ou em instituições educadoras seja ela formais e não formais. Com a educação não formal existe uma maior liberdade para ensinar e aprender, o que facilita o atendimento às necessidades individuais, que são naturais de cada ser humano. Na educação não formal, as atividades acontecem em ambientes de situações de interação construídas coletivamente, sendo uma educação complementar, tendo como intenção na ação no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes. A Educação não formal é uma possibilidade de produção de conhecimento em territórios fora das estruturas curriculares da Educação formal (Gohn, 2011). Sendo assim, sua importância reside em favorecer a preparação dos indivíduos para o trabalho, para se organizarem coletivamente, para compreenderem o mundo a sua volta e para lerem criticamente as diversas informações que recebem (GOHN, 2007). As mudanças econômicas, sociais, principalmente com relação ao mundo do trabalho, ocorrentes nos anos noventa trouxeram grandes destaques a educação não formal. Os processos de aprendizagens em grupos passaram a serem valorizados, dando importância aos valores culturais que articulam as ações dos indivíduos. O debate sobre a educação das classes populares e sua inserção nas políticas

¹ Mestranda em Extensão Rural e Desenvolvimento local – POSMEX da Universidade Rural Federal de Pernambuco
joseildaeconomiamestica@hotmail.com

² Professora Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco; Doutora em Ciências da Comunicação pela USP
irenilima2@gmail.com

públicas está profundamente vinculado às transformações do trabalho e conseqüentemente à estrutura política de estado. Para Gohn (2006, p.2):

A educação não formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor.

Segundo Caro e Guzzo (2004), a educação não formal é um elemento primordial para o enfrentamento das problemáticas produzidas pelas desigualdades sociais, pois visa contribuir para a formação integral do indivíduo envolvendo o crescimento pessoal, a consciência da cidadania e a possibilidade de sua inserção na sociedade (p. 35). Para Soto (2001) a educação não formal também pode colaborar para a construção de modelos educativos que abarquem o desenvolvimento humano de maneira mais abrangente, complexa e integral, viabilizando mudanças individuais e sociais. Ainda segundo o autor, por essa razão, identifica-se a necessidade de que a educação não formal seja vista com atenção, especialmente, porque os trabalhos realizados nos espaços educativos não formais encontram-se voltados para as camadas mais pobres da população, podendo ter tanto um caráter transformador das estruturas sociais quanto um caráter reforçador dessas mesmas estruturas (SOTO, 2001, p. 259).

Empreendimentos Solidários

O surgimento de inúmeras cooperativas no Brasil, especialmente após a década de 1990, se justifica pela busca dos próprios trabalhadores por alternativas de geração de trabalho e renda diante do cenário de crise vivida pelo País, decorrente das políticas liberal da época. Como uma alternativa de novas práticas surge à economia solidária, um novo modelo de geração de trabalho e distribuição de renda e o surgimento de organizações geridas pelos trabalhadores. Esses empreendimentos sustentam-se em quatro pilares, a cooperação, autogestão, solidariedade e viabilidade econômica (SINGER, 2002). As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), que pertencem às universidades e se dedicam à organização da população mais pobre em cooperativas de produção e/ou de trabalho. A atuação dessas incubadoras universitárias alcança diversos atores sociais e múltiplas dimensões. As ações de maior destaque são aquelas relacionadas à incubação de empreendimentos, ao fortalecimento do movimento da economia solidária. A Economia Solidária vem se transformando em um eficiente mecanismo gerador de trabalho e renda. Seus empreendimentos são formados predominantemente por trabalhadores de segmentos sociais de baixa renda, desempregados ou em via de desemprego, trabalhadores do mercado informal ou subempregados e pelos empobrecidos. Leite (2009) defende que esses empreendimentos representam alternativas de inserção social que podem vir a ser experiências relevantes de resistência ao desemprego e de construção de espaços abertos com base numa identidade coletiva dos trabalhadores para a recuperação de sua dignidade.

Incubação

¹ Mestranda em Extensão Rural e Desenvolvimento local – POSMEX da Universidade Rural Federal de Pernambuco
joseildaekonomiadomestica@hotmail.com

² Professora Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco; Doutora em Ciências da Comunicação pela USP
irenilima2@gmail.com

Segundo Gaiger (2004), O processo de incubação pode ser entendido como um acompanhamento sistêmico que busca assessorar grupos de pessoas inseridas na formação de empreendimentos solidários. Nos últimos anos, o processo de Incubação vem crescendo, tendo em vista a evolução da Economia Solidária que busca desenvolver trabalhos para formação de cooperativas nesse setor. O processo de incubação tem um papel significativo no desenvolvimento dos grupos que buscam o mecanismo da economia solidária como uma nova metodologia de trabalho. A prática de incubação dos empreendimentos econômicos solidários é um processo pedagógico que implica sempre uma atitude inovadora por parte de todos os envolvidos. Pita e Lima (2013) afirmam que o processo de incubação se subordina aos fundamentos da Economia Popular e Solidária, visando a integração dos sujeitos, tendo como valor principal o trabalho-educação. As metodologias adotadas variam de acordo com as particularidades de cada grupo, considerando o grau de instrução, singularidades culturais, localização, integração, entre outras. Em outras palavras, a incubação é um processo de organização e acompanhamento no qual, valores e competências são estimulados com base em princípios de cooperação e solidariedade entre os grupos envolvidos. Culti (2009) afirma que os processos de Incubação, são desenvolvidos através das Incubadoras Universitárias, a fim de oferecer não só um suporte teórico, mas também um assessoramento administrativo para que possibilite o conhecimento e desenvolvimento para os envolvidos no processo. O processo de incubação é mais desenvolvido junto a empreendimentos tecnológicos pelas universidades. No processo de incubação, Silva, Barbosa e Albuquerque (2013) destacam que é necessário foco na Economia Solidária: suas premissas, perspectivas e atuações, para, somente depois da sua compreensão, buscar desenvolver o processo de Incubação de Empreendimentos Solidários. Para Pochemann (2004), o processo de incubação solidária, envolve diversas instituições com objetivos distintos dependendo dos nichos de interesse. Algumas tem como objetivo desenvolver o processo de incubação com pessoas desempregadas que já atuaram no mercado de trabalho e que querem, na maioria das vezes desenvolver sua veia empreendedora, buscando apresentar seu potencial que estava desacreditado tanto pelo indivíduo quanto para sociedade. Bertolinni et al (2005) destacam que o processo de incubação solidária, não é fácil, pois necessita perpassar pela inclusão social, e trabalhar formas de inserção com grupos que se sentem menosprezados pela sociedade. Para os autores, a necessidade de desenvolver espaços e grupos de incubação vem com o objetivo de abrir novos caminhos e oportunizar estes seres uma nova chance de inclusão não só de sustentabilidade, mas também na sociedade. Cunha (2002) ressalta três pontos importantes da incubação, um deles é o de capacitar os empreendimentos, tirando muitos deles da informalidade e da precariedade, permitindo uma renda digna para os seus participantes. Um segundo é a articulação de novas políticas públicas no campo da geração de trabalho e renda. Já o terceiro, estaria ligado ao processo de organização das próprias Incubadoras Tecnológicas de cooperativas populares (ITCP's) que vêm se congregando em torno de redes nacionais, o que dá consistência à proposta e ajuda no próprio processo de organização política das práticas de economia solidária.

METODOLOGIA

O Proilha (Associação dos agentes ecológicos e recicladores da Ilha de Itamaracá) existe desde 2009. O grupo é formado por catadores de resíduos sólidos com aproximadamente 12 pessoas associada. Tem maior predominância de homens e poucas mulheres, oscilando na participação. O nível de escolaridade dos associados não ultrapassa a educação básica. O trabalho da associação com a atividade de coleta de resíduos sólidos abrange os bairros de

¹ Mestranda em Extensão Rural e Desenvolvimento local – POSMEX da Universidade Rural Federal de Pernambuco
joseildaekonomiadomestica@hotmail.com

² Professora Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco; Doutora em Ciências da Comunicação pela USP
irenilima2@gmail.com

Jaguaribe, Quatro Cantos e Pilar. A sede onde se reúnem e guardam o material a ser reciclado é um espaço privado, alugado pela Prefeitura da Ilha de Itamaracá e cedido ao Proilha. O trabalho de incubação realizado pela INCUBACOOOP teve início em 2014, a ideia de educação a permear o projeto está em uma das etapas da metodologia adotada pela incubadora ao atender seu público oriundo de segmentos pauperizados ou em situação de exclusão social. As atividades, as oficinas e rodas de conversas eram realizadas uma ou duas vezes por semana, incluindo sempre todas as quintas-feiras como um dia fixo para as visitas e realização das atividades. As oficinas ocorreram nas instalações do galpão, juntamente com a equipe técnica composta por docentes, acadêmicos e profissionais especializados como economista doméstica, administrador, e engenheiro agrônomo. As oficinas tinham o objetivo inicial desenvolver um trabalho educativo não formal na perspectiva construtivista na formação dos indivíduos para viverem na dimensão de sua inserção individual e organizacional. Além de trabalhar as relações humanas e sua interação com o meio ambiente, melhoria nas condições de trabalho, interação entre os cooperados e sua forma organizativa. A metodologia utilizada foi baseada na prática reflexiva, enfatizando ações e mediado pelo sujeito envolvido em sua realidade, possibilitando com isso a troca de saberes através de uma relação dialógica, tendo no saber popular a base da construção científica junto ao desenvolvimento humano. Com o intuito de que todo o processo de ensino e aprendizagem através da educação não formal se desenrolasse a partir da construção/reconstrução de saberes dos participantes. O conteúdo programático foi desenvolvido com vista a sensibilizar os envolvidos quanto ao processo de tomada de consciência individual e social que conduza as pessoas para o pleno exercício de sua cidadania. Além de favorecer o desenvolvimento de determinadas competências essencialmente pessoais e sociais. Estas competências têm como base um conjunto de valores sociais e humanos dos quais se destacam a igualdade de oportunidades, a solidariedade, a cooperação, a valorização das diferenças, a cidadania ativa e a democracia participativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A incubação de empreendimentos é uma ação educativa de construção e reconstrução do conhecimento. Os trabalhos desenvolvidos tiveram o objetivo de proporcionar aos participantes uma educação não formal que possibilitasse um âmbito educativo capaz de estimular de forma mais eficiente e eficaz uma aprendizagem estruturada e orientada. Com intuito de estimular a motivação para a aprendizagem, a possibilidade de adaptar os processos educativos aos perfis do grupo na incubação do empreendimento. Onde através de oficinas buscamos sempre a partir do conhecimento das participantes acrescentar novo conteúdo, fazendo a troca de saberes o que estimula uma participação intensiva dos integrantes do grupo, sendo eles próprios, em conjunto com os facilitadores do projeto, os responsáveis pela construção das oficinas. Todo o trabalho foi desenvolvido através de oficinas onde foram propostas atividades educativas baseada em uma educação não formal que priorize a prática de atividades que favoreçam atividades econômicas, sociais, políticas e de trocas de vivências, entre diversas outras atividades educacionais. no processo de incubação dos empreendimentos solidários.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, percebe-se que a educação não formal pode ter um papel importante nas práticas educativas na incubação dos empreendimentos solidários. A educação não formal

¹ Mestranda em Extensão Rural e Desenvolvimento local – POSMEX da Universidade Rural Federal de Pernambuco
joseildaekonomiademestica@hotmail.com

² Professora Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco; Doutora em Ciências da Comunicação pela USP
irenilima2@gmail.com

visa o desenvolvimento de valores, acreditando que a aprendizagem se dá por meio das práticas sociais, respeitando as diferenças existentes para a absorção e elaboração dos conteúdos subentendido ou claro no processo ensino e aprendizagem. A educação não formal na incubação dos empreendimentos solidários são propostas ligadas ao fazer, de colocar em prática determinadas atividades que possibilitem o ato de aprender, não somente aquilo que é ensinado, como também o que o meio lhe possibilita, levando em consideração o espaço, as pessoas, enfim, aquilo que esteja sendo vivenciado e efetuado no momento dessas vivências. A educação não formal é aquela que conscientiza e promove a transformação proporcionando ao sujeito a importância de sentir-se parte das ações envolvidas e desenvolvidas, que tem como foco de visão construir perspectivas de maiores descobertas e potencialidades, que age como órgão facilitador de expressão dentro do processo de incubação dos empreendimentos solidários.

REFERENCIAS

BERTOLINI, G. R. F et al. Incubadora Tecnológica de cooperativas populares: UNIOESTE.. In: IV Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2005, Cascavel. Anais do Evento - Centro de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel, 2005. Disponível em: http://www.cultura.ufpa.br/itcpes/documentos/itcp_unioeste.pdf Acesso em :10.Set. 2018.

CARO, S. M. P.; GUZZO R. S. L. Educação Social e Psicologia. Campinas: Editora Alínea, 2004.

CULTI, Maria Nezilda. Conhecimento e práxis: processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários como Processo Educativo. OtraEconomía - Volumen III - Nº 5 - 2º semestre/ 2009 - ISSN 1851-4715 – P.146 -165 -.

CUNHA, G. C. Economia Solidária e políticas públicas: reflexões a partir do caso do programa da incubadora de cooperativas da Prefeitura Municipal de Santo André, SP, 2002. Dissertação de Mestrado em Ciência Política – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Ciência Política da USP, São Paulo, 2002

GAIGER, Luiz Inácio Germany (Org.). Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal na pedagogia social. An. 1 Congr. Intern. Pedagogia Social Mar. 2006.

_____. **Não fronteiras: universos da educação não formal.** 2. ed. São Paulo: Itaú Cultural, 2007

_____. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativo do terceiro setor.** – 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

¹ Mestranda em Extensão Rural e Desenvolvimento local – POSMEX da Universidade Rural Federal de Pernambuco
joseildaekonomiadomestica@hotmail.com

² Professora Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco; Doutora em Ciências da Comunicação pela USP
irenilima2@gmail.com

_____. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais.** São Paulo: Cortez, 2010. – Coleção questões da nossa época; v.1.

LEITE, M. P. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 24, n. 69, p. 31-51, fev. 2009.

PITA, Flávia. A Economia Solidária e o Estado: Lições a partir de um Caso Concreto. 2013, p.1-24.

POCHMANN, Marcio. Economia Solidária no Brasil: Possibilidades e limites. Revista Mercado de Trabalho (IPEA), 10 ago. 2004. Disponível em: . Acesso em: 10 de set. 2018.

SILVA, Andresson Roberto Pires e, BARBOSA, Maria José de Souza e ALBUQUERQUE, Francivaldo dos Santos. Sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários: análise da Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba. Rev. Adm. Pública — Rio de Janeiro 47 (5):1189- 1211, set./out. 2013.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 2002

SOTO, E. Na lembrança, um sonho ou uma tentativa de desenvolvimento rural? In: SIMSON, O. R. M. V; PARK, M. B.; FERNANDES, R. S. (orgs.). Educação não-formal: cenários da criação. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2001. p. 249-261.

¹ Mestranda em Extensão Rural e Desenvolvimento local – POSMEX da Universidade Rural Federal de Pernambuco
joseildaekonomiadomestica@hotmail.com

² Professora Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco; Doutora em Ciências da Comunicação pela USP
irenilima2@gmail.com